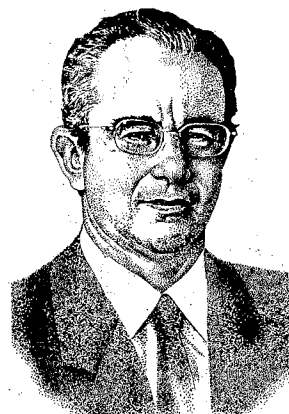


## ■ OPINIÃO

# Dimensão social do crescimento econômico

Rinaldo Campos Soares \*



Faltam pouco mais de mil dias para encerrarmos o século 20. Será, naturalmente, uma época de balanço, de apurar resultados, de desvendar perspectivas. Até lá, poderemos ter surpresas, mas é alta a probabilidade de que os resultados, para o sistema global, sejam favoráveis. Apuraremos que os últimos cem anos foram marcados pelo crescimento. Mais até, foram de desenvolvimento. A riqueza aumentou e os padrões médios de bem-estar da maior parte dos cidadãos e das na-

**A riqueza no mundo aumentou, e na maioria das nações o padrão médio do bem-estar dos cidadãos supera o do início do século**

ções estarão bem distantes dos do início do século. Em quase todos os campos, as comparações serão até dificultadas pela diversidade de níveis de referência.

O Brasil não ficará à margem desses resultados. A nação avança em múltiplas dimensões.

Na dimensão político-institucional, teremos consolidada a inclusão política, democratizando-se os direitos civis. O modelo final praticado será pluralista e aberto.

Na dimensão econômica, o crescimento será a trajetória dominante. Ter-se-ão multiplicado os segmentos da atividade produtiva. Serão raras as áreas de dependência externa absoluta. A diversificação será praticamente plena, com absorção de tecnologias avançadas em quase todas as cadeias de suprimentos. Em termos per capita, serão registrados

ganhos expressivos: na magnitude do PIB, na diversidade dos bens consumidos e acumulados e na disponibilidade do fator capital por unidade de trabalho.

Os ganhos menores (mas, ainda assim, ganhos e não perdas ou retrocessos) serão os contabilizáveis na dimensão social. Não porque a sociedade brasileira vá ser estratificada e desigual. Mas porque não terá, até lá, eliminado a pobreza absoluta. Eliminar a desigualdade não é objetivo estratégico, até porque, quando bem dosada, a estratificação pode exercer efeitos positivos, pe-

las vias da emulação social e da mobilidade. Já a eliminação da pobreza absoluta é mais que uma diretriz estratégica. É um imperativo fortemente associado à dimensão sócio-econômica da cidadania.

Nessa dimensão, o balanço final não será favorável no Brasil. Ao longo do século, o número de indivíduos absolutamente pobres sempre aumentou, excetuando-se descontinuidades episódicas, como as da segunda metade dos anos 50 e primeira metade dos anos 70. Em 1993, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), a pobreza absoluta era a situação de 43,3 milhões de indivíduos. Agora, com o Plano Real e a consistente redução do imposto inflacionário que recaía preponderantemente sobre os estratos de baixa renda, a pobreza absoluta recuou para 30,4 milhões. E, ainda que recue um pouco

mais até o final do século, sua plena eliminação será de novo postergada.

O que mais desconforta é que não existem fórmulas mágicas para a inclusão sócio-econômica de toda a sociedade, complemento estratégico da inclusão política. Dada a ainda alta proporção da pobreza absoluta em relação à população total (coisa da ordem de 20%), a remoção dessa disfunção demandará mais tempo do que aquele que ainda nos separa do próximo século. E mais: só alcançaremos esse ideal se adotarmos desde já diretrizes rígidas, com as quais possa estar comprometida toda a sociedade e, de um modo especial, as suas lideranças nas áreas pública e privada. As decisões de maior impacto poderão ser:

■ Maciços investimentos em educação, priorizando-se o nível fundamental e adotando-se processos, instrumentos e conteúdos

programáticos sintonizados com as exigências globais da multipolaridade competitiva.

■ Desobstrução de todos os canais que irrigam a capacidade empreendedora interna. Flexibilização para que se compatibilizem as exigências da produtividade e da competitividade com as da geração de novos postos de trabalho.

■ Estímulo à adoção de modelos de empresariamento que conciliem o grande negócio, as economias de escala e as tecnologias avançadas com a multiplicação de pequenos negócios familiares integrados.

■ Consolidação da forte tendência em se compartilhar um dos mais escassos fatores de desenvolvimento, a capacitação empresarial. O franqueamento de negócios exerce exatamente esse papel.

■ Aceleração de reformas estruturais em áreas críticas, como a fiscal, com o objetivo de recuperar a capacidade de poupança corrente do setor público, canalizan-

do-a para investimentos de alto conteúdo social.

■ Revisão crítica do papel social da empresa e conseqüente adoção de mecanismos de política pública que dêem suporte ao seu exercício eficaz.

■ Busca da qualidade nas instituições e no exercício da função pública, caminho que contribuirá para o resgate da cidadania e do orgulho nacional.

**A busca de qualidade nas instituições e no exercício das funções públicas ajudará a resgatar a cidadania e o orgulho nacional**

O número de diretrizes é propositalmente pequeno, como convém ser, quando se deseja foco no que é essencial e estratégico.

co. Mas se houver, primeiro, consenso quanto ao seu significado e seus impactos e, segundo, desdobramento operacional de fins e meios decorrentes, teremos dado dois passos importantes para resgatar a dimensão social da prosperidade econômica.

\* Presidente da Usiminas. Eleito Empresário do Ano em 1996, é presidente do Fórum Gazeta Mercantil de Líderes Empresariais de 1997.